

HENRIQUE ARAÚJO

henriquearaujo@opovo.com.br

Voto de ministro do STF indicado por Bolsonaro pode decidir suspeição de Moro

1ª TURMA | Após votos de Gilmar Mendes e Lewandowski, julgamento do ex-juiz Sergio Moro, acusado de imparcialidade pela defesa de Lula, ficou empatado em 2 a 2

Após pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento da suspeição do ex-juiz Sergio Moro apresentada pela defesa do ex-presidente Lula foi suspenso ontem. Não há data para retomada da análise.

Condenado pelo então juiz no caso do triplex de Guarujá, no litoral de São Paulo, o petista encaminhou recurso ao STF ainda em 2018. A apreciação pelos membros da 2ª Turma, iniciada em novembro daquele ano, já conta com dois votos contra a suspeição: o do relator da Lava Jato no STF, ministro Edson Fachin, e de Cármen Lúcia.

A magistrada sinalizou, no entanto, que pode alterar seu entendimento acerca da parcialidade de Moro, que assina a condenação de Lula.

Nessa terça-feira, 9, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski empataram o julgamento, posicionando-se ambos a favor da tese arguida pela defesa do ex-presidente, segundo a qual Moro atuou deliberadamente para prejudicar o réu (Lula).

Primeiro a votar, Gilmar Mendes, que havia pedido vista três anos atrás e apenas agora devolveu os autos, leu um voto não apenas extenso, mas contundente para o ex-juiz de Curitiba.

De acordo com ele, o caso sob análise da 2ª Turma trata-se da "maior crise que já se abateu sobre a Justiça Federal no Brasil", causada por "uma atuação concertada mais grave, com objetivo maior de inviabilizar de forma definitiva a participação de Lula na vida política nacional".

Em seguida, afirmou que seu voto "descreve uma cadeia sucessiva de atos lesivos ao compromisso de imparcialidade" e que "explícita as condições do surgimento e do funcionamento do maior escândalo judicial da nossa história".

O ministro classificou ainda a condução coercitiva de Lula,

determinada por Moro em 2016, como um "hediondo estado-espetáculo de caráter policiaresco". E acrescentou: "Qualquer semelhança com uma procuratura (procuradoria) soviética não é mera coincidência".

A Moro, Mendes endereçou diversos recados. Entre eles, o de que "ninguém pode se achar o ó do borogodó e que "cada um terá o seu tamanho no final da história. Calcem as sandálias da humildade".

Segundo a votar antes da suspensão do julgamento na esteira de pedido de vista, Lewandowski argumentou que "não há como deixar de concluir que restou escancarada uma confusão entre as atribuições de julgar e acusar pelo então juiz".

"Não há maior dificuldade", continuou o magistrado, "em identificar a indisfarçável parcialidade demonstrada por todos os atores institucionais que levaram à condenação de Lula". Lewandowski concluiu: "Moro extrapolou a mais não poder os limites da função jurisdicional da qual estava investido. Nem animais para o matadouro se leva da forma como foi levado um ex-presidente da República".

A retomada do julgamento depende agora da devolução do processo por Nunes Marques. Indicado por Jair Bolsonaro (sem partido) para a vaga, o

ministro alegou que havia sido informado da análise apenas naquele dia. "Todos nós sabemos que esse é um processo de extrema relevância e de um conteúdo extremamente vasto e complexo, que demanda tempo, atenção e estudo. Eu nunca julguei essa matéria. Soube, como todos nós, do julgamento pouco antes dessa sessão", disse.

Mais alinhado à ala garantista, da qual fazem parte Mendes e Lewandowski, o ministro, embora tenda a votar pela suspeição de Moro, não deu pistas de

como pretende encaminhar seu estudo do processo. Seu voto é considerado como de minerva num cenário de empate.

Esse quadro, porém, pode se alterar. Também na sessão de ontem, Cármen Lúcia chegou a assentir positivamente e a concordar com o teor do voto de Mendes, depois do qual ela declarou: "Eu tenho voto escrito, mas vou aguardar o voto-vista do ministro Kassio. Vossa Excelência trouxe um voto profundo, com dados muito graves. Darei o meu voto".



VOTO de minerva está com Kassio Nunes

Supremo

Especialistas analisam julgamento da suspeição de Moro

Apresentado pelo ministro Kassio Nunes Marques, pedido de vista do processo que avalia suspeição de Sergio Moro ampliou cenário de incertezas. Espécie de voto de minerva, já que o placar provisório é de 2 votos contra a suspeição e 2 a favor, Nunes é indicado de Jair Bolsonaro.

Professora de Direito da UFC, Cynara Mariano aponta que "há duas possibilidades: o ministro Nunes não liberar seu voto vista antes de 2022, ou seja, antes das eleições presidenciais; mas, liberando o voto, que acredito ser pela suspeição, os demais devem acompanhar, inclusive Carmen Lúcia".

A professora explica que, no caso, porém, de Moro não ser declarado suspeito e prevalecer só a decisão de Fachin, "o que vai acontecer é apenas a declaração das nulidades das condenações do Lula, e se preserva qualquer responsabilização do Moro".

Também professor de Direito da UFC, Felipe Braga observa que, além do voto de Nunes, há expectativa pelo entendimento de Cármen Lúcia. "Chamou a atenção o fato de Carmen Lúcia anunciar que irá votar novamente, o que pode ensejar alteração de entendimento, porque ela inicialmente votou contra a parcialidade", ressalta. Questionado sobre qual deve ser o teor do voto de Kassio Nunes, Braga diz: "Se ele se mostrar legalista, como em seu histórico, deve acompanhar Gilmar".

Advogado e conselheiro federal da OAB-CE, André Costa enfatiza que votos de ontem reforçam que "o sistema judicial não pode ser utilizado de forma parcial para prejudicar adversários ou inimigos". O advogado Rodrigo Marinho discorda: "Isso gera tremenda insegurança jurídica e confirma a frase de que, no Brasil, até o passado é incerto".

SÉRGIO MORO E A LAVA JATO

2014

O nome de Sergio Moro começou a ser conhecido nacionalmente quando tomou forma a Operação Lava-Jato, que investiga um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas em que estão envolvidos empreiteiros, políticos e ex-dirigentes da Petrobras. A operação teve início em março de 2014 com a prisão de 24 pessoas acusadas de crimes ligados à corrupção. Juiz de primeira instância da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, o magistrado foi quem primeiro julgou os principais nomes envolvidos no escândalo de corrupção.

2016

4 de março
Agentes da Polícia Federal (PF) fazem operação na residência de Lula, em São Bernardo do Campo (SP). O ex-presidente, alvo de condução coercitiva no âmbito da Operação Lava-Jato, presta depoimento no aeroporto de Congonhas, na capital paulista. Moro é bastante criticado.

16 de março

Lula é nomeado ministro da Casa Civil pela então presidente Dilma Rousseff. No mesmo dia, o então juiz Sergio Moro levanta o sigilo de conversas telefônicas de Lula. Em uma delas, ele é informado sobre o envio do termo de posse no ministério, o que lhe daria foro no STF, e não mais na Justiça Federal.

2017

10 de maio

Lula presta seu primeiro depoimento a Moro em Curitiba no processo do triplex do Guarujá. No prédio da Justiça Federal, isolado por vasto esquema de segurança, o ex-presidente responde a perguntas do magistrado por cinco horas. Em seguida, participa de ato no centro da capital paranaense, onde é saudado por apoiadores.

2018

5 de abril

Moro determina a prisão de Lula. Por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou habeas corpus ao petista na madrugada. O então ministro condenou o ex-presidente a nove anos e meio de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Lula já petista havia sido condenado por Moro no processo do triplex do Guarujá, que o levou a ficar 580 dias preso.

1º de novembro

Sérgio Moro, que condenou Lula no caso do triplex do Guarujá, aceita o convite para ser ministro da Justiça e da Segurança Pública no governo Bolsonaro. Com a decisão, ele abandona a magistratura e, por consequência, o caso do sítio de Atibaia, que fica com a juíza substituta Gabriela Hardt.

Dezembro

A pedido da defesa de Lula, a Segunda Turma do STF inicia o julgamento sobre a suspeição de Sergio Moro. A votação contabilizava dois votos – os de Edson Fachin e de Cármen Lúcia – contra a suspeição, quando acabou sendo interrompido pelo pedido de vista do próprio Gilmar Mendes. Coube a ele decidir a retomada do caso.

2019

7 de janeiro

Os advogados de Lula pedem à Justiça que o petista fosse declarado inocente das acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e também que o processo fosse declarado nulo. O ex-juiz Sergio Moro foi citado diversas vezes. "Lula fora das eleições e preso — graças fundamentalmente à atuação do ex-juiz Sergio Moro", diz um trecho da petição.

9 de junho

O site The Intercept Brasil divulga mensagens privadas entre Sergio Moro e os procuradores da Operação Lava-Jato, que indica colaboração entre o ex-juiz e o Ministério Público Federal. Nem os procuradores nem o juiz admitem a veracidade das mensagens. O caso ficou conhecido como Vaza-Jato.

2020

24 de abril

Moro anuncia demissão do Ministério da Justiça e deixa o governo Bolsonaro. O ex-juiz federal deixa a pasta após um ano e quatro meses no primeiro escalão do governo do presidente Jair Bolsonaro. Além de deixar o governo, o então ex-ministro acusa Bolsonaro de interferência política na PF. A demissão foi motivada pela decisão de Bolsonaro de trocar o diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, indicado para o posto pelo agora ex-ministro.

29 de agosto

Defesa de Lula pede que STF priorize julgamento sobre suspeição de Moro. Os defensores do ex-presidente alegam que a decisão pode não ter sido imparcial porque Moro foi nomeado posteriormente como ministro de Jair Bolsonaro

1º dezembro

Moro aceita cargo de sócio-diretor na empresa de consultoria Alvarez & Marsal, que tem quase R\$ 26 milhões a receber de alvos da operação Lava Jato. A assessoria da empresa negou que o contrato assinado por Moro possa gerar conflitos de interesse. Aliados do presidente Jair Bolsonaro, petistas e políticos de diferentes espectros ideológicos manifestaram nas redes sociais críticas pela decisão do ex-ministro.

2021

9 de fevereiro

A 2ª Turma do STF rejeita recurso da Lava-Jato e garante acesso de Lula às mensagens obtidas pela Polícia Federal no âmbito da Operação Spoofing, que prendeu o hacker Walter Delgatti Neto, apontado como responsável por roubar as informações dos celulares dos procuradores da Lava-Jato com o ex-juiz Sergio Moro.

8 de março

O ministro do STF Edson Fachin anula as condenações proferidas contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos processos relativos à Operação Lava-Jato, comandada por Moro, sob alegação que a Vara de Curitiba não era o juízo competente para julgar Lula. Com isso, Lula volta a ter seus direitos políticos e torna-se elegível.

9 de março

Gilmar Mendes pauta suspeição de Moro e Fachin pede para adiar julgamento, que é rejeitado. Gilmar e Ricardo Lewandowski votam a favor da suspeição, mas Kassio Nunes pede vistas.